

Proc.: 374/2019

Pregão Presencial: 24/2019

Objeto: Aquisição parcelada de 54.590 unidades de pães de leite, tipo "hot-dog", com 50 gramas a

unidade, para duas entregas semanais nas diversas dependências da Autarquia.

Emissão: 26/07/2019

Abertura: 09/08/2019 – 09h30min (horário de Brasília/DF)
Local: Praca Dr José Sacramento e Silva. 50 – Centro – Porto Feliz

Informações: Fone: (15) 3261-9603

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz torna público, para ciência dos interessados, que por intermédio de seu pregoeiro designado pela Portaria nº 1.977 de 17 de julho de 2019, realizará licitação na **modalidade Pregão Presencial com participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte,** em cumprimento ao Artigo 48, Inciso I da Lei Complementar 123/06, visando a aquisição parcelada de 54.590 unidades de pães de leite, tipo "hotdog", para duas entregas semanais nas diversas dependências da Autarquia, considerando todas as características contidas nas descrições Do Objeto e do Anexo I – Termo de Referência.

A presente licitação, cujo tipo é **Menor Preço**, será integralmente conduzida pelo Pregoeiro, assessorado por sua equipe de apoio e encontra fundamento na Lei n.º 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 6.150/2005, bem como consoante as condições estatuídas neste instrumento convocatório, constantes no processo indicado acima e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e Decreto 3.555/2000, aplicando-se ainda, no que couber, as disposições da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147 de 2014, Lei Complementar 155/2016 e Decreto Municipal 7873/18..

O recebimento e abertura dos envelopes de proposta e documentação ocorrerá no dia 09 de agosto de 2019 às 09h30min, na Pça Dr. José Sacramento e Silva, 50 – Centro – Porto Feliz-SP.

I - DO OBJETO:

1.1 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO: Destina-se o presente pregão a escolha do melhor proponente para a licitação supra, visando a aquisição parcelada de **54.590** (cinquenta e quatro mil quinhentos e noventa) **unidades de Pão de Leite**, com 50g, de acordo com as necessidades do SAAE - Porto Feliz, conforme elementos definidos no Anexo I — Termo de Referência e observados os seguintes elementos:

QTDE	REF.	DESCRIÇÃO		
54.590	Unidade	Pão de leite tipo "hot-dog", pesando 50 gramas por unidade, para duas entregas semanais nas diversas dependências da Autarquia, em embalagem apropriada para alimentos. Validade mínima de 5 (cinco) dias.		

- **1.2 DA ENTREGA:** O fornecimento será parcelado conforme as necessidades do SAAE de Porto Feliz, com duas entregas semanais. Os pães deverão ser entregues observando-se os locais e horários constantes no Termo de Referência Anexo I, que poderão sofrer alterações quanto às quantidades, em função da rotatividade funcional da Autarquia.
- **1.3 DA FINALIDADE:** A aquisição tem por finalidade o cumprimento do artigo 48 da Lei Complementar n.º 54/2004, a qual assegura o fornecimento de lanches antes do início da jornada de trabalho para todos os servidores da Autarquia.
- **1.4 OS PREÇOS:** Deverão ser fixos e irreajustáveis por um ano, de acordo com § 1º Art. 2º da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.
- **1.5 DO AUMENTO OU SUPRESSÃO:** A licitante vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições de fornecimento, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no artigo 65 da Lei 8666/93 e alterações.

II - DA ABERTURA



2.1 – A abertura do presente Pregão Presencial, será dirigida pelo Pregoeiro designado, assessorado pela sua Equipe de Apoio, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

Data da abertura: 09/08/2019

Horário: 09h30min (horário de Brasília/DF)

Local: Escritório Administrativo do SAAE Porto Feliz - Praça Dr. José Sacramento e Silva, 50 -

Centro - Porto Feliz/SP

Informações: 15 3261-9603 - pregao@saaeportofeliz.sp.gov.br

III - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar exclusivamente empresas enquadradas como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação, inscritas ou não no Cadastro de Fornecedores do SAAE de Porto Feliz, que atendam às exigências de habilitação.
- **3.2**. As empresas deverão obrigatoriamente comprovar sua condição de ME/EPP, apresentando documentação abaixo, **dentro do envelope de Documentação**:
- a) Sociedade Empresária apresentar documento expedido pela Junta Comercial, nos termos do DREI n.º 10 de 05/12/2013, do Departamento Nacional de Registro do Comércio, quando o Licitante for registrado em Junta Comercial, ou documentação equivalente;
- b) Sociedade Simples apresentar a Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pelo Cartório, quando a Licitante for registrada em Cartório de Pessoas Jurídicas, ou documentação equivalente.
- **3.3 -** As empresas que desejarem participar do pregão deverão entregar ao pregoeiro dois envelopes fechados e indevassáveis indicando na parte externa, respectivamente, "**PROPOSTA**" e "**DOCUMENTAÇÃO**", contendo também o número deste pregão e a razão social da empresa.
- **3.4 -** Licitantes que desejarem enviar seus envelopes via postal (com AR Aviso de Recebimento), deverão remetê-los ao endereço constante do preâmbulo deste edital, aos cuidados do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, desde que atendam as demais exigências previstas neste edital, conforme o objeto, sendo que a responsabilidade quanto a entrega dos envelopes no prazo será exclusivamente da empresa licitante.
- 3.5 Em hipótese alguma serão recebidos envelopes após as 09h30min do dia 09 de agosto de 2019.
- 3.6 Não poderão participar desta licitação, além das vedações do Art. 9.º da Lei 8.666/1993:
- a) Impedidas e suspensas de licitar e/ou contratar com órgãos da Administração Municipal nos termos do Inciso III do Artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, do artigo 7.º da Lei Federal n.º 10.520/2002 e da Súmula n.º 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- b) as empresas que estiverem em regime de falência ou concordata que não apresentarem o plano de recuperação judicial homologado;
- c) Estrangeiras que não funcionem no País:
- d) Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- e) Não enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- **3.7 -** A empresa vencedora fica obrigada a emitir nota fiscal conforme legislação vigente, inclusive no que se refere ao Protocolo ICMS 42/09, onde o modelo da nota fiscal eletrônico NF-e, modelo 55, deverá ser adotado em substituição à Nota Fiscal Modelo 1 e 1A, exceto MEI, independentemente da atividade econômica exercida.

<u>IV – DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE</u>



- **4.1** As licitantes deverão se apresentar para <u>credenciamento</u> junto ao pregoeiro por meio de um representante legal (sócio, proprietário ou dirigente), devidamente munido de ato constitutivo da empresa, registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Tratando-se de procurador, o representante deverá estar munido ainda de instrumento de mandato (público ou particular), comprovando os necessários poderes para formular verbalmente lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame. (*Apresentar fora do envelope*).
- 4.1.1 As licitantes deverão entregar declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar n.º 123/06 e alterações posteriores, que poderá ser feito de acordo com o modelo estabelecido no **ANEXO IV** deste Edital, e apresentado **FORA** dos Envelopes "**PROPOSTA**" e "**DOCUMENTAÇÃO**" e encartar ao <u>credenciamento.</u>
- 4.1.2 Instaurada a sessão, as licitantes, por intermédio de seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (ANEXO V) e declaração de inexistência de fato impeditivo (ANEXO VI). (Apresentar fora do envelope).
- 4.1.3 Deverão também apresentar declaração subscrita por representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado, conforme estabelecido no **ANEXO VII** deste Edital, *(Apresentar fora do envelope)*, devidamente assinada por seu representante legal, atestando que:
 - a) nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal/88:
 - b) que a empresa atende as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;
 - c) não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos declara conhecer na íntegra.
- **4.2** As licitantes que desejarem encaminhar seus envelopes via postal com AR também deverão apresentar as declarações acima juntamente com a proposta comercial. Caso não se façam representar durante a sessão, não terão chance para dar lance ou praticar qualquer ato em seu favor durante a sessão, permanecendo com o lance inicial enviado na proposta financeira.
- **4.3** Os documentos poderão ser apresentados impressos, por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, ou mesmo em cópia simples, desde que acompanhado do original para que seja autenticado pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;
- **4.4** Será admitido apenas um representante legal para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma empresa. O representante legal deverá portar documento de identificação pessoal com foto.

V - DA PROPOSTA

- **5.1** O valor máximo total estimado para a aquisição dos produtos é de **R\$ 60.594,90** (sessenta mil quinhentos e noventa e quatro reais e noventa centavos).
- **5.2 -** Na parte externa do envelope deverá constar a palavra "**PROPOSTA**". A proposta deverá ser impressa em língua portuguesa, em moeda corrente nacional, com clareza, sem alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas ou no próprio formulário que integra o presente edital (**ANEXO III**).



Todas as suas folhas devem estar rubricadas e a última datada e assinada pelo seu representante legal, devendo constar:

- a) Razão Social da licitante, endereço completo, e-mail, número de telefone e número do CNPJ e Inscrição Estadual:
- **b)** Os preços apresentados devem estar em conformidade com o objeto deste edital, em moeda corrente nacional (Real), com precisão de duas casas decimais. Os valores unitário e total deverão estar expressos numericamente e por extenso;
- c) Havendo eventualmente divergência entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão sempre os valores indicados por extenso; caso a discordância seja entre os preços unitários e totais resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.
- **5.3** Não poderá haver desistência da proposta apresentada, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital e da legislação aplicável.
- 5.4 A simples participação neste certame implica ao concorrente aceitar tacitamente que:
- **5.4.1** Não tem dúvidas sobre quaisquer dos elementos que compõem o Edital, não podendo reivindicar posterior desconhecimento ou falta de recebimento de quaisquer das partes que o integra.
- **5.4.2** Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus anexos, que os comparou entre si e obteve expressamente do SAAE informações necessárias para a apresentação da proposta.
- **5.4.3** Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital.
- **5.4.4** Considerou que os elementos desta licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.
- **5.4.5** Que os preços apresentados abrangem todas as despesas incidentes sobre o objeto desta licitação, a exemplo de impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, despesas com transporte, etc., bem como os descontos porventura concedidos.
- **5.4.6** Que a licitante vencedora se compromete a entregar os produtos nos preços e prazos constantes de sua proposta, em conformidade com o conteúdo deste Pregão Presencial e que os mesmos atendem todas as exigências editalícias e da legislação aplicáveis ao caso, incluindo todas as licenças e autorizações necessárias.
- **5.4.7** O objeto fornecido pela empresa atende a todas as exigências editalícias e da legislação aplicável ao caso, incluindo todas as licenças e autorizações necessárias.
- **5.5** Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, quanto às falhas ou irregularidades que o viciarem.
- **5.5.1** Eventual impugnação deverá ser dirigida à Comissão de Pregão, protocolada no SAAE de Porto Feliz, situado no escritório administrativo na Pça Dr. José Sacramento e Silva, 50 Centro Porto Feliz/SP, em horário de expediente (das 9h00min às 16h00min).
- **5.5.2** Admite-se impugnação por intermédio de e-mail (<u>licitacao@saaeportofeliz.sp.gov.br</u>) ficando a validade do procedimento condicionada à confirmação do seu recebimento por um dos membros da Comissão de Licitações, bem como pela protocolização do original no SAAE de Porto Feliz no endereço mencionado no preâmbulo, respeitado o prazo constante no item 5.5.

<u>VI - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</u>



- **6.1 -** No dia, hora e local designados neste edital, será aberta a sessão pública iniciando-se pelo credenciamento dos participantes, ocasião em que serão apresentados os documentos constantes no item IV.
- **6.2** Encerrada a fase de credenciamento, o Pregoeiro receberá em envelopes distintos e devidamente fechados e indevassáveis, as propostas comerciais e os documentos exigidos para habilitação. Os envelopes deverão indicar o número deste PREGÃO e conter externamente as indicações "**PROPOSTA**" e "**DOCUMENTAÇÃO**".
- **6.3 -** Abertos os envelopes com as propostas, será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.
- **6.4** Será então selecionado pelo sistema a proposta de menor preço e as propostas em valores sucessivos e superiores até 10%, relativamente à de menor preço.
- **6.5 -** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas seguintes às que efetivamente já tenham sido por ele selecionadas, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- **6.6 -** Às licitantes selecionadas na forma dos itens 6.4 e 6.5 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior preço.
- 6.6.1 Os lances serão realizados pelo MENOR PREÇO.
- **6.7 -** Se os valores de duas ou mais propostas escritas ficarem empatados, o próprio sistema de lances realizará um sorteio para definir qual das licitantes registrará primeiro seu lance verbal.
- **6.8 -** Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se façam necessárias para o objeto deste certame.
- 6.9 Não serão aceitos lances verbais com valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado.
- **6.10** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre lances no valor de R\$ 5,00 (cinco reais).
- 6.11 A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço total.
- **6.12** Será vencedora da etapa dos lances verbais aquela que ofertar o **MENOR PREÇO** para fornecimento do objeto.
- **6.13** A etapa de lances será considerada encerrada quando restar apenas um licitante, declinados os demais participantes.
- **6.14 -** Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e serão ordenadas as propostas, em ordem crescente, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO**.
- **6.15 -** O pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, conforme este edital e seus anexos, e decidirá motivadamente a respeito.
- **6.16 -** Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias somente da licitante que a tiver formulado.
- **6.17 -** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.



- **6.18 -** Se a oferta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e habilitação da licitante, será declarada vencedora.
- **6.19 -** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos licitantes presentes.

VII – DA HABILITAÇÃO

7.1 - Os documentos abaixo poderão ser apresentados impressos, por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, ou mesmo em cópia simples, desde que acompanhado do original para que seja autenticado pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação:

7.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- **b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.2.1 Os documentos relacionados nas alíneas "a" à "e" deste subitem 7.2 não precisarão constar do Envelope "Documentação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.
- 7.2.2 Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação e regularidade perante o Ministério do Trabalho:
- a) Deverão ser entregues declarações de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, bem como de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, que poderão ser feitas de acordo com os modelos estabelecidos nos **ANEXOS V, VI e VII** deste Edital, e apresentadas **FORA** dos Envelopes "**PROPOSTA**" e "**DOCUMENTAÇÃO**".

7.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes **Estadual** <u>ou</u> **Municipal**, se houver, relativo ao domicílio <u>ou</u> sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;
- c) Prova de regularidade para com as **Fazendas Federal, Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame, <u>ou</u> outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:



- c1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos <u>ou</u> Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuição social, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e
- c2) Certidão de Regularidade de ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda <u>ou</u> Certidão Negativa <u>ou</u> Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Tributários expedidas pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 02, de 09/05/2013 ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;
- d) Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho **(CNDT),** aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 7.3.1 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios.
- **7.3.2** As interessadas, por ocasião da participação em certames licitatórios, **deverão apresentar toda a documentação exigida** para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta **apresente alguma restrição**, conforme artigo 43, da Lei nº 123/06 e alterações posteriores;
- a) Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista** das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação. (Artigo 43 § 1º da Lei Complementar 123);
- b) A não observância do contido na alínea anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação. (Artigo 43 § 2º da Lei Complementar 123).

7.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

- 7.4.1 Certidão negativa de falências, concordatas e recuperações, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, dentro do prazo de emissão não superior a 180 dias.
- 7.4.2 Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

7.5 - CONSULTA DE APENADOS

7.5.1 - Será verificada a existência de impedimento mediante a consulta da Relação de Apenados no site www.tce.sp.gov.br a partir do CNPJ da empresa licitante. Se a consulta for positiva (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93 e Súmula 51 do TCESP), o licitante apenado será inabilitado do certame, pois trata-se de condição de participação conforme item 3.6 deste Edital.

7.6 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.6.1 - Deverão ser apresentados Atestado(s) ou Certidão(ões) de desempenho anterior para fins de prova de aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação. O licitante deverá comprovar o fornecimento anterior, aplicável no que couber a Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado.

CNPJ n.º: 45.479.391/0001-07



7.6.2 - O(s) Atestado(s) ou Certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com identificação do assinante (nome completo e cargo), telefone ou e-mail, deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado da emitente e datado(s), podendo ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- **8.1 -** Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;
- **8.2 -** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- **8.3** Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão, acarretará a inabilitação do licitante:
- **8.4** O Pregoeiro ou a Equipe de apoio poderá diligenciar efetuando consulta direta na Internet, nos *sites* dos órgãos expedidores na Internet, para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

- **9.1 -** No julgamento das propostas será considerado o critério de **MENOR PREÇO**, desde que atendam às exigências deste edital.
- **9.2** O objeto desta licitação será adjudicado ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora do certame, após análise dos documentos de habilitação.
- **9.3 -** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos, assim considerados aqueles que estiverem acima do preço de mercado, ou que apresentem preço total ou unitário simbólico, irrisório ou de valor igual à zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado.
- **9.4 -** Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- **9.5** A vencedora do certame obriga-se a apresentar no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data da adjudicação dos lotes, os novos preços para a contratação a partir do valor final obtido no certame.
- **9.6 -** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no Escritório do SAAE e no endereço eletrônico www.saaeportofeliz.sp.gov.br.

X – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, o que será registrado em ata da sessão, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, como consta do inciso XVIII, do Artigo 4º, da Lei 10.520/02;



- **10.2** Eventual interposição de recurso deverá ser dirigida à Comissão de Pregão, no Protocolo do SAAE Porto Feliz, situado no escritório administrativo na Pça Dr. José Sacramento e Silva, 50 Centro Porto Feliz/SP, das 09 às 16 horas.
- 10.3 Admite-se recurso por intermédio de e-mail (<u>pregao@saaeportofeliz.sp.gov.br</u>) ficando a validade do procedimento condicionada à confirmação do seu recebimento por um dos membros da Comissão de Pregão e também pela protocolização do original no SAAE de Porto Feliz no endereço citado no item 10.1, desde que observado o prazo estabelecido no item supracitado.
- **10.4 -** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **10.5** Decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a validade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o processo licitatório.
- **10.6 -** A falta de manifestação imediata e motivada pela licitante durante a sessão pública, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto à vencedora.
- **10.7 -** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do SAAE de Porto Feliz, à Praça Dr. José Sacramento e Silva, 50 Centro, Porto Feliz SP.

XI - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **11.1** O pagamento à licitante vencedora deverá ser efetuado através de crédito na conta corrente indicada na Proposta Financeira, até 07 (sete) dias após a entrega nota fiscal relativa ao fornecimento, devidamente atestada pelo Setor de Suprimentos do SAAE de Porto Feliz.
- **11.2** A nota fiscal apresentada deverá estar em consonância com a legislação vigente. A empresa vencedora ficará obrigada a emitir nota fiscal eletrônica, NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal Modelo 1 e 1A, exceto MEI, independentemente da atividade econômica exercida (conforme Protocolo ICMS 42/09).
- **11.3** O vencedor fica obrigado a apresentar notas fiscais distintas, sendo uma para os produtos fornecidos para o Escritório Administrativo e outra para os produtos fornecidos para a ECA, ETE e ETA, vinculadas à Diretoria Técnica e Operacional.

XII - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- **12.1** O objeto licitado deverá ser entregue de acordo com as quantidades e critérios estabelecidos neste edital e anexos, inclusive o ANEXO I Termo de Referência, no local indicado no item 1.2 DA ENTREGA, conforme necessidade desta Autarquia. O prazo de entrega e os horários estabelecidos deverão obedecer ao contido no Anexo I Termo de Referência.
- **12.2** O objeto desta licitação será recebido provisoriamente na forma prevista no artigo 73, da Lei 8.666/93. A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, as suas expensas, o produto que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará na sua aceitação conforme artigo 73, II alínea "a" da Lei 8666/93.
- **12.3** Todas as ferramentas, equipamentos, inclusive EPI's, veículos ou qualquer outro tipo de objeto ou material necessário para o fornecimento dos materiais é de responsabilidade da licitante vencedora.
- **12.4** Caso concedido alteração do prazo de entrega, a mesma será considerada apenas para efeito de aplicação de penalidades, não tendo efeito para o cálculo de reajuste.



- **12.5** O SAAE de Porto Feliz poderá descontar dos pagamentos das faturas importâncias que a qualquer título lhe sejam devidas pelo fornecedor por força do pedido de fornecimento oriundo deste pregão.
- 12.6 Entende-se por entrega do produto a efetiva aceitação do mesmo pelo SAAE de Porto Feliz.
- 12.7 No caso de rejeição dos pães fornecidos, os mesmos deverão ser substituídos no prazo máximo de 1 hora.

XIII - DAS PENALIDADES

- **13.1** Com base no Art. 87 da Lei 8.666/93, assim como no Art. 7.º da Lei 10.520/2002, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração, garantida a prévia defesa, aplicará ao contratado as sanções legais a saber:
 - a) advertência;
 - b) multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, com a Administração Pública, nos termos da Súmula nº 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- **13.2** A multa prevista na alínea "b" será de 10% sobre o valor licitado, no caso da não entrega total do objeto licitado. Observar-se-á: quanto ao não adimplemento do restante da obrigação, incidirá multa de 10% (dez por cento) a ser aplicada de forma proporcional à parte não entregue.
- **13.3** O não cumprimento dos prazos de atendimento sujeitará o fornecedor à multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, percentual aplicado ao valor dos materiais em atraso, até os limites de 10% (dez por cento) do valor da parcela que se refere e 5% (cinco por cento) do valor global remanescente do fornecimento.
- **13.4** Excedido qualquer um dos limites acima, o fornecimento será cancelado e o fornecedor excluído do Cadastro de Fornecedores do SAAE de Porto Feliz, sem prejuízo de eventuais sanções legais e sem renúncia, por parte da mesma, das providências judiciais cabíveis.
- **13.5** A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.
- **13.6** As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.
- 13.7 Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.
- **13.8** O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.
- **13.9 -** A importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à **CONTRATANTE** em 48 (quarenta e oito) horas a partir da autuação;
- **13.10** O atraso de pagamento sujeitará a contratante à multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, percentual aplicado ao valor da fatura a que se refere até os limites de 10% (dez por cento).



XIV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTRATAÇÃO

- **14.1** As despesas decorrentes da contratação do objeto deste pregão correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: Diretoria de Administração e Finanças Manutenção da Diretoria de Administração e Finanças 17.123.002.2.002 Material de Consumo 3.3.90.30.00.00 e Diretoria Técnica e Operacional Manutenção da Diretoria Técnica e Operacional 17.512.0003.2.003 Material de Consumo 3.3.90.30.00.00, consignada no Orçamento Programa do corrente Exercício, suplementadas se necessário. Fonte de recurso: Tesouro.
- **14.2** Será obrigatório termo contratual, o qual será parte integrante deste Edital, devendo ser assinado pela licitante vencedora no prazo de até 5 (cinco) dias após a convocação.
- **14.3** Diante de eventual recusa da adjudicatária em assinar o termo contratual, a administração utilizará o disposto no art. 64, § 2º, da Lei 8666/93 e Art. 7º da Lei 10.520/2002.
- **14.4** Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato no ato de sua assinatura, haja vista que guardam absoluta conformidade com a minuta.
- **14.5** A empresa vencedora se obriga a manter compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas nesta licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso da vigência, algum documento perder a validade.
- 14.6 É expressamente vedada a subcontratação ou a sub-rogação.
- **14.7** Conforme art. 58, inciso III, e art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, especialmente designado para a função de gestor, para tomar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato. A designação do gestor será feita através de Portaria após a assinatura do contrato.

XV – DISPOSIÇÕES FINAIS

- **15.1** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente pregão.
- **15.2** O presente pregão somente poderá vir a ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- **15.3** O Pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do pregão, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo vedada apresentação de documento novo ou complementar.
- **15.4** Os empregados e prepostos da empresa licitante vencedora não terão qualquer vínculo empregatício com a Contratante, correndo por conta exclusiva da promitente vencedora todas as obrigações decorrentes das legislações trabalhista, previdenciárias, fiscal e comercial, a qual se obriga a saldar na época própria.
- **15.5** Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada com o Pregoeiro, após a celebração do contrato.
- **15.6 -** As normas disciplinadoras deste pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

CNPJ n.º: 45.479.391/0001-07



- **15.6.1 -** Serão observadas pela comissão todas as súmulas e determinações do TCESP que forem aplicáveis ao certame.
- 15.7 Em eventual pedido de realinhamento de preços, o contratado deverá demonstrar cabalmente o evento que causou desequilíbrio na equação financeira do contrato e que o seu cumprimento nas bases iniciais representaria prejuízo. Tal prova far-se-á documentalmente e com base nela, caberá a Administração formar o seu juízo de convicção, desde que a majoração no custo seja de fato imprevisível na ocasião da apresentação das propostas.
- **15.8** As empresas participantes deverão enviar e-mail para <u>pregao@saaeportofeliz.sp.gov.br</u>, informando interesse na participação, para que eventuais esclarecimentos no edital, além de publicados sejam também encaminhados diretamente às empresas.
- **15.9** Os atos públicos poderão ser presenciados por qualquer pessoa, porém só poderá manifestarse, rubricar documentos e consignar recursos o representante da licitante que estiver devidamente credenciado.
- **15.10** As consultas referentes a dúvidas de caráter técnico ou de interpretação deste Edital deverão ser formuladas por escrito e enviadas para o endereço eletrônico do SAAE <u>pregao@saaeportofeliz.sp.gov.br</u>, sendo que quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente, por servidores do SAAE, inclusive membros da Comissão de Pregão, não serão considerados nem aceitos como argumentos para reclamações, impugnações ou reivindicações por parte das Proponentes.
- **15.11** Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Feliz, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas atinentes ao presente Edital, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XVI – ANEXOS

- 16.1 Anexo I Termo de Referência:
- 16.2 Anexo II Minuta de Contrato de Fornecimento Parcelado
- **16.3** Anexo III Proposta Financeira;
- 16.4 Anexo IV Declaração de Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte (modelo orientativo);
- 16.5 Anexo V Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação (modelo orientativo);
- 16.6 Anexo VI Declaração de Inexistência de Impedimento (modelo orientativo);
- 16.7 Anexo VII Declarações Complementares;
- 16.8 Anexo VIII Atos Jurídicos Análogos Termo de Ciência e de Notificação;
- 16.9 Anexo IX Declaração de Disponibilidade de Documentos;
- 16.10 Anexo X Cadastro dos responsáveis;

Porto Feliz, 26 de julho de 2019.

Gustavo Interlick Mancio de Camargo Superintendente



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO PRESENCIAL n.º 24/2019 - PROCESSO n.º 374/2019

OBJETIVO: Destina-se o presente pregão à escolha do melhor proponente para a licitação supra, visando a aquisição parcelada de 54.590 (cinquenta e quatro mil quinhentos e noventa) unidades de Pão de Leite - 50g, em atendimento às necessidades do SAAE - Porto Feliz, conforme elementos definidos neste Termo de Referência e observados o seguinte:

JUSTIFICATIVA:

1. Faz-se necessária a aquisição de gêneros alimentícios visando servir os funcionários da Autarquia, com fundamento no artigo 48 da Lei Complementar 54/2004, o qual assegura o fornecimento de lanches antes do início da jornada de trabalho dos servidores.

DO OBJETO (LOTE ÚNICO):

1.

QTDE	REF.	DESCRIÇÃO		
54.590	Unidade	Pão de leite (tipo hot-dog) com 50 g cada, validade mínima 05 (cinco) dias, 0 g de gordura trans, - umidade máxima: 35% - lipídios mínimo 2,0g - proteína (mínimo) 9,0g - valor calórico mínimo: 290 kcal. Ingredientes: farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, sal, fermento, ovos, leite. Embalagem: Deverão ser entregues embalados em saco plástico transparente ou leitoso atóxico e rotulados com o prazo de fabricação e validade do produtoECA e ETE: deverão conter 2 (duas) unidades cada embalagemETA e Escritório de Administração: deverão conter 20 (vinte) unidades em cada embalagem. Fabricação: Até 01 (um) dia antes da entrega.		

QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS (LOTE ÚNICO):

1. Quantidades para todos os servidores (Administrativo, técnico e operacional):

Lanches (pão de leite 50 gramas)	Valor Total	Valor unitário
54.590 unidades	R\$ 60.594,90	R\$ 1,11

DA PROPOSTA:

1. O valor máximo estimado para a aquisição do objeto é de R\$ 60.594,90 (sessenta mil quinhentos e noventa e quatro reais e noventa centavos).

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 1. Deverão ser apresentados Atestado(s) ou Certidão(ões) de desempenho anterior para fins de prova de aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação. O licitante deverá comprovar fornecimento anterior, aplicando, no que couber, a Súmula n.º 24 do Tribunal de Contas do Estado.
- 1.1.O(s) Atestado(s) ou Certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com identificação do assinante (nome completo e cargo), telefone ou e-mail, deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado da emitente e datado(s), podendo ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

QUANTITATIVOS, LOCAIS E CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO DO OBJETO AOS SERVIDORES DO SAAE DE PORTO FELIZ:

1. O fornecimento será parcelado, conforme as necessidades do SAAE de Porto Feliz, se limitando a duas entregas na semana. Os pães deverão ser entregues observando-se os



locais e horários constantes neste Termo de Referência, que poderão sofrer alterações quanto às quantidades, em função da rotatividade funcional da Autarquia, com prévia notificação da Contratada à Contratante.

Quadro de entregas, sujeito a alterações:

	LOCAL	DIA DE ENTREGA	HORÁRIO	QUANTIDADE PREVISTA SEMANAL
01	ESTAÇÃO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA - (ECA) - Rua José Giuli Batista, n.º 1420, Volta do Poço.	Segunda-feira / Quinta-feira	06h	28
02	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - (ETE) -Estrada PFZ 60	Segunda-feira / Quinta-feira	06h	42
03	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - (ETA) -Rua Cardoso Pimentel, n.º 970, B.º Res. Bepim.	Segunda-feira / Quinta-feira	06h	760
04*	ESCRITÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - Pça Dr. José Sacramento e Silva, nº 50, Centro. *	Segunda-feira / Quinta-feira	07h	200

Porto Feliz, 26 de julho de 2019.

Eng.º Luís Fernando Segatto Diretor Técnico Operacional



ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO PREGÃO PRESENCIAL n.º 24/2019 - PROCESSO n.º 374/2019

CONTRATO N.º XXX/2019

Termo de Contrato que entre si fazem o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE Porto Feliz e a empresa XXXXXXX, objetivando o fornecimento parcelado de pães franceses.

Nesta data, de um lado, o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ,** cadastrado no CNPJ sob o n.º 45.479.391/0001-07, com endereço à Praça Dr. José Sacramento e Silva, n.º 50, Centro, na cidade de Porto Feliz, Estado de São Paulo, CEP 18.540-000, doravante denominado **CONTRATANT**E, neste ato representado pelo seu Superintendente o Eng.º **GUSTAVO INTERLICK M. DE CAMARGO**, brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil, portador do RG N.º 40.664.726-4 e do CPF nº 368.909.168-32 e, de outro lado, XXXXXXXXX., cadastrada no CNPJ sob o n.º xxxxxxx e Inscrição Estadual n.º xxxxxxx, com endereço na rua xxxxxx, no município de xxxxx, Estado de xxxx doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo xxxxxxxxx, portador do RG nº xxxxxxxxx e CPF nº xxxx, celebram o presente contrato mediante as cláusulas e condições abaixo elencadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – Fornecimento parcelado de 54.590 unidades de pães de leite, tipo "hot-dog", com 50 gramas a unidade, para duas entregas semanais nas diversas dependências, de acordo com as necessidades da Autarquia, conforme objeto do Pregão Presencial 24/2019, conforme Anexo I e demais especificações e determinações elencadas no edital de Pregão Presencial 24/2019 e Processo 374/2019, que originou este termo de contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO LOCAL, FORMA DE FORNECIMENTO E QUANTIDADES PARA ENTREGA

- **2.1** A CONTRATADA fornecerá o produto de que trata a Cláusula Primeira, parceladamente, de acordo com as necessidades da divisão competente, a partir do recebimento da Nota de Empenho.
- 2.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, a CONTRATANTE poderá:
- a) Se disser respeito às especificações, rejeitá-lo no todo ou em parte;
- b) Se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação;
- **2.3** O objeto licitado a ser fornecido pela CONTRATADA deverá ser transportado, descarregado e armazenado nos locais, horários e quantitativos, conforme mencionados no Anexo I do Edital do Pregão Presencial 24/2019, conforme normas vigentes de segurança, higiene e outras determinadas pela CONTRATANTE.
- **2.4** Os locais e horários, ora constantes no Anexo I do Pregão Presencial, poderão sofrer alterações, bem como as quantidades ali explicitadas, tanto para mais quanto para menos, em função da rotatividade funcional da Autarquia.
- **2.5** Na hipótese de o produto apresentar irregularidade não sanável, será encaminhado à autoridade competente para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.
- **2.6** A substituição do produto considerado irregular ou defeituoso deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (uma) hora da comunicação.

CLAUSULA TERCEIRA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E VINCULAÇÃO AO EDITAL

3.1 - Fazem parte integrante deste contrato para fins de direito, independentemente da transcrição, e obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos: Edital do Pregão Presencial n.º 24/2019 e processo originário da contratação, assim como a Ata da Sessão Pública do Pregão e Proposta Financeira apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA: OBRIGAÇÃO DAS PARTES 4.1 - DO CONTRATANTE:

CNPJ n.º: 45.479.391/0001-07



- a) Efetuar o pagamento através de crédito em conta corrente da CONTRATADA, até 07 (sete) dias após a entrega da nota fiscal relativa ao fornecimento, devidamente atestada pela Seção de Suprimentos;
- b) Receber os produtos, procedendo à verificação de sua qualidade;
- c) Informar à CONTRATADA de quaisquer deficiências ocorridas no fornecimento dos pães.

4.2 - DA CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto ora licitado nos quantitativos, locais e especificações constantes do Edital do Pregão Presencial 24/2019 que originou o presente contrato;
- b) Arcar com todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, de transportes e outras dos seus empregados ou prepostos:
- c) Informar a CONTRATANTE, sempre que solicitado, do andamento do fornecimento;
- d) Permitir a CONTRATANTE, ou prepostos credenciados, a fiscalização dos produtos que estão sendo fornecidos:
- e) Responder por danos causados a terceiros em virtude da má execução no fornecimento, decorrente de dolo ou culpa, quer pelo descumprimento das cláusulas estabelecidas neste Contrato, quer por ato comissivo ou omissivo de seus empregados ou prepostos, respondendo legalmente na pessoa de seu representante;
- f) Computar no preço todos os tributos incidentes sobre o material e sobre a venda a ser realizada, bem como, quaisquer despesas adicionais, tais como transporte, carga, descarga, empilhamento, embalagem, etc., correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da CONTRATADA;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **4.3 -** A **CONTRATADA** responderá pelas ações, omissões ou negligências que deem causa, direta ou indiretamente, a desastres, incêndios ou quaisquer prejuízos causados por ela própria à **CONTRATANTE** ou a terceiros. Responderá também pelos acidentes decorrentes do trabalho. Responsabilizar-se-á ainda, pelas multas que lhes forem impostas por infração de postura ou do Regulamento de Higiene e Segurança do Trabalho;
- **4.4** Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, fiscais, etc.) devidos em decorrência direta ou indireta do contrato ou de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, assim definidos na norma tributária, sem direito a reembolso.

CLÁUSULA QUINTA: DA REMUNERAÇÃO

- **5.1 -** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor unitário de R\$ XXXXX (XXXXXX) por unidade de Pão de leite, tipo "hot-dog" fornecido, até o valor total de R\$ XXXXX (XXXXXXX), pelo fornecimento de 54.590 unidades do produto, sendo esse preço fixo e irreajustável, conforme proposta apresentada no Pregão Presencial 24/2019.
- **5.2** Esses preços fixos e irreajustáveis por no mínimo 01 ano, conforme proposta apresentada após a sessão pública de lances do Pregão Presencial n.º 24/2019.
- **5.3 -** O valor definido nesta cláusula inclui todos os custos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, sábados, domingos e feriados, além de taxas, bonificações, encargos previdenciários, fiscais, comerciais, inclusive medição, locação e todas as despesas, quaisquer que sejam a sua natureza, necessárias para a realização deste contrato.

CLAUSULA SEXTA: DO VALOR DO CONTRATO

6.1 - Para todos os fins de direito, é dado a este contrato o valor correspondente ao total licitado, ou seja, o valor unitário multiplicado pela guantidade licitada, totalizando R\$ XXXX (XXXXX).

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.2 - Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta corrente em nome da contratada, no banco xxxx, agência nº xxxx, conta corrente n.º xxxxxx, no prazo de até 07 (sete) dias após a entrega da nota fiscal relativa ao fornecimento mensal, devidamente atestada pela Seção de Gestão Patromonial.

CLÁUSULA OITAVA: DA LEGISLAÇÃO



8.1 - O presente contrato sujeitar-se-á às disposições da Lei n.º 8666/1993 e Lei n.º 10.520/2002 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA: DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Em eventual pedido de realinhamento de preços, o contratado deverá demonstrar cabalmente o evento que causou desequilíbrio na equação financeira do contrato, e que o seu cumprimento nas bases iniciais representaria prejuízo. Tal prova far-se-á documentalmente e com base nela, caberá a Administração formar o seu juízo de convicção, desde que a majoração no custo seja de fato imprevisível na ocasião da apresentação das propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

10.1 – No interesse da **CONTRATANTE**, o objeto do contrato poderá ser aumentado ou suprimido, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto no Art. 65 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

- **11.1 -** O presente contrato vigorará por 12 meses, ou antecipadamente, pelo término do fornecimento da totalidade do objeto, ficando ressalvado o direito de rescisão na ocorrência de descumprimento de qualquer de suas cláusulas pela CONTRATADA, bem como, a interrupção do objeto licitado pela CONTRATANTE, conforme prevê o Edital do Pregão Presencial 24/2019 que originou este termo de contrato.
- **11.2** No caso de não fornecimento da totalidade contratada dentro do período de 12 meses, este contrato poderá ser prorrogado, a critério do SAAE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **12.1** Aplicar-se-á o disposto no item XIII do Edital, com base no Art. 87 da Lei 8.666/93, assim como no Art. 7º da Lei 10.520/2002, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração, garantida a prévia defesa, aplicará ao contratado as sanções legais conforme item XIII do Edital, a saber:
 - a) advertência:
 - b) multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, com a Administração Pública, nos termos da Súmula nº 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- **12.2** A multa prevista na alínea "b" será de 10% sobre o valor licitado, no caso da não entrega total do objeto licitado. Observar-se-á: quanto ao não adimplemento do restante da obrigação, incidirá multa de 10% (dez por cento) a ser aplicada de forma proporcional à parte não entregue.
- **12.3** O não cumprimento dos prazos de atendimento sujeitará o fornecedor à multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, percentual aplicado ao valor dos serviços em atraso, até os limites de 10% (dez por cento) do valor da parcela que se refere e 5% (cinco por cento) do valor global remanescente do fornecimento.
- **12.4-** Excedido qualquer um dos limites acima, o fornecimento será cancelado e o fornecedor excluído do Cadastro de Fornecedores do SAAE de Porto Feliz, sem prejuízo de eventuais sanções legais e sem renúncia, por parte da mesma, das providências judiciais cabíveis.
- **12.5** A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.
- **12.6** As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.
- 12.7 Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.
- **12.8** O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.



- **12.9 -** A importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à **CONTRATANTE** em 48 (quarenta e oito) horas a partir da autuação;
- **12.10** O atraso de pagamento sujeitará a contratante à multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, percentual aplicado ao valor da fatura a que se refere até os limites de 10% (dez por cento).

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto deste pregão correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: Diretoria de Administração e Finanças – Manutenção da Diretoria de Administração e Finanças – 17.123.002.2.002 – Material de Consumo – 3.3.90.30.00.00 e Diretoria Técnica e Operacional – Manutenção da Diretoria Técnica e Operacional - 17.512.0003.2.003 – Material de Consumo – 3.3.90.30.00.00, consignada no Orçamento Programa do corrente Exercício, suplementadas se necessário. Fonte de recurso: Tesouro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

- **14.1** O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como o disposto no Edital de licitação, autoriza desde já a CONTRATANTE a rescindir este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.
- **14.2** No caso de rescisão administrativa unilateral, a CONTRATADA reconhece o direito do CONTRATANTE de aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.
- **14.3** A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da CONTRATADA pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.
- **14.4** A aplicação das penalidades não impede o CONTRATANTE de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela CONTRATADA.
- **14.5** No caso de rescisão contratual, a CONTRATADA reconhece integralmente os direitos do SAAE previstos no Artigo 77 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de indenização por perdas e danos que a rescisão possa acarretar. Os casos de rescisão, se eventualmente ocorrerem, serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS ALTERAÇÕES

15.1 - As alterações que a juízo da **CONTRATANTE**, venham se tornar necessárias para melhor execução dos serviços contratados em nada alterarão as obrigações da **CONTRATADA** estabelecidas neste contrato. Qualquer alteração, quando necessária, somente será executada com anuência expressa da **CONTRATANTE**, e mediante elaboração de Termo Aditivo Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS

16.1 – O presente contrato é regido pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, cujos preceitos serão utilizados para dirimir quaisquer omissões e ou dúvidas advindas do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - A ocorrência de duas devoluções ou atraso de duas entregas, sucessivas ou não, ensejará o cancelamento unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas, inclusive os fatos e consequências ocorridos pela solução de continuidade a que a interrupção der causa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO

18.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Feliz, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas atinentes ao presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas assinam o presente termo em quatro vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas, para sua validade e eficácia.





Porto Feliz, SP, xx de xxxx de 2019

XXXXXXXX
Contratada
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto
Feliz
Contratante

Testemunhas:

Nome:
RG:
RG:
CPF:



ANEXO III - PROPOSTA FINANCEIRA PREGÃO PRESENCIAL n.º 24/2019 - PROCESSO n.º 374/2019

		DADOS DO L	ICITANTE			
Razão Social:						
Endereço:						
CNPJ:						
E-mail:						
Telefone	e:	Fax:				
Obs.:						
Banco:		Agência:	Conta Corrente:			
		imples apresentação desta istem fatos que impeçam a p	participação do licitante			
		AQUISIÇÃO DE F	PAO DE LEITE			
Quant.	Ref.	Descrição	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)		
54.590	Unidade	Pão de leite, tipo "hot-dog"	R\$	R\$		
Valor unitário por extenso: Valor total da proposta por extenso:						
	RO que os pre	dias (mínimo de 60 dia		e indiretos referentes ao		
DECLARO que as condições de entrega do objeto contemplam os locais, horários e condições constantes no Edital e seu Termo de Referência.						
DECLARO que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Termo de Referência.						
Estou ciente das condições de pagamento estabelecidas em Edital, ou seja, 07 dias contados do recebimento da nota fiscal, devidamente atestada pela Seção de Gestão Patrimonial.						
(Local e data), em de de 2019.						
Assinatura do representante:						
Nome do representante:						
RG do representante:						



ANEXO IV – DECLARAÇÃO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PREGÃO PRESENCIAL n.º 24/2019 - PROCESSO n.º 374/2019 (modelo orientativo)

DECLARO, sob as penas da	lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório,
que a empresa	(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº
	é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do
enquadramento previsto na	Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos
declaro conhecer na íntegr	a, estando apta, portanto, a participar do procedimento licitatório do
Pregão Presencial n.º 24/20	19, realizado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz.
	Data - (Local), (dia) de (mês) de 2019.

(Assinatura) (Nome do Representante Legal) (RG do Representante legal)





ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL n.º 24/2019 - PROCESSO n.º 374/2019 (modelo orientativo)

Declaro, para os devidos fins, que cumprimos plenamente os requisitos de HABILITAÇÃO, conforme item VII do edital do **Pregão Presencial n.º 24/2019**, em atendimento ao artigo 4º, inciso VII, da Lei 10.520/2002.

	Data - (Local), (dia) de (mês) de 2019.
(Accipatura)	
(Assiliatura)	
	(Assinatura)





ANEXO VI – DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO PREGÃO PRESENCIAL n.º 24/2019 - PROCESSO n.º 374/2019 (modelo orientativo)

	(nome	completo), repre	esentante	legal	da	empresa
	_ (razão	social	pessoa	jurídica),	inscrita	a sob	CNPJ
, interessado em p	articipar do	Pregão F	resencial	n.º 24/2019	9, realiza	ido pel	o Serviço
Autônomo de Água e Esgoto de Po	orto Feliz, d	leclara, so	b as pena	as da lei, qu	e esta e	mpresa	não tem
qualquer impedimento legal para lic	itar ou con	tratar com	a Adminis	stração.			
			Da	ata - (Local)	, (dia) de	e (mês)	de 2019.
	(/	Assinatura)				



ANEXO VII – DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES PREGÃO PRESENCIAL n.º 24/2019 - PROCESSO n.º 374/2019

(Nome/Razão social)		_, inscrita no C	NPJ sob o nº	, por
intermédio de seu representa	ante legal o (a) S	Sr; (a)	, portador (a	a) da Carteira de
identidade nº				
a) nos termos do inciso V do que a empresa se encontra e				
observância do disposto no ir	•	•		J que se leiele a
b) que a empresa atende a estabelecidos pelo parágrafo				
c) não possui qualquer dos im Complementar nº 123, de 14 agosto de 2014, cujos termos	de dezembro de	2006, alterada į		
(Local	e data), em	_ de	de 2019	
	Accipature	do representant		



ANEXO VIII – ATOS JURÍDICOS ANÁLÓGOS TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL n.º 24/2019 - PROCESSO n.º 374/2019

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ.

CONTRATO N° XXX/2019

OBJETO: Aquisição parcelada de 54.590 unidades de pães de leite, tipo "hot-dog", com 50 gramas a unidade, para duas entregas semanais nas diversas dependências da Autarquia.

ADVOGADO (S)/ N.º OAB: (*) Dra. Manuella de Campos Anton OAB/SP 343.378

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço residencial ou eletrônico ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Porto Feliz/SP, XX de XXXXXXXX de 2.019

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Gustavo Interlick Mancio de Camargo

Cargo: Superintendente

CPF: 368.909.168-32 RG: 40.664.726-4

Data de Nascimento: 07/06/1988

Endereço residencial completo: Cândido Motta, 145, Centro, Porto Feliz/SP, CEP 18.540-000

E-mail institucional: superintendencia@saaeportofeliz.sp.gov.br

E-mail pessoal: gustavo.interlick@gmail.com
Telefone(s): (15) 3261 9601 – (15) 997974947

Assinatura:		

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Gustavo Interlick Mancio de Camargo

Cargo: Superintendente

CPF: 368.909.168-32 RG: 40.664.726-4

Data de Nascimento: 07/06/1988

Endereço residencial completo: Cândido Motta, 145, Centro, Porto Feliz/SP, CEP 18.540-000

CNPJ n.º: 45.479.391/0001-07





E-mail institucional: superintendencia@saaeportofeliz.sp.gov.br

E-mail pessoal: gustavo.interlick@gmail.com
Telefone(s): (15) 3261 9601 – (15) 997974947

Assinatura:	
Pela CONTRATADA: Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Cargo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
CPF: XXXXXXXXXXXX	RG: XXXXXXXXXXXXXX
Data de Nascimento: XXXXXXXXXXXXX Endereço residencial completo: XXX	
E-mail institucional: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	<u> </u>
E-mail pessoal: xxxxxxxxxxxxxxxxx	
Telefone(s): (xx) xxxx-xxxx / (xx) xxx	XX-XXXX

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

OBS: Este documento deverá ser assinado quando da assinatura do contrato.



ANEXO IX – ATOS JURÍDICOS ANÁLÓGOS DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PREGÃO PRESENCIAL n.º 24/2019 – PROCESSO n.º 374/2019

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

Declaração de documentos à disposição do Tribunal - Resolução 07/14 - Art. 3º, Inciso XVI

CONTRATANTE: SERVICO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ

CNPJ Nº: 45.479.391/0001-07

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº: XX.XXX.XXX/XXXX-XX

OBJETO: Aquisição parcelada de 54.590 unidades de pães de leite, tipo "hot-dog", com 50 gramas a

unidade, para duas entregas semanais nas diversas dependências da Autarquia.

VALOR (R\$): XXXXXXX

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

Porto Feliz, xx de xxxxxx de 2019.

RESPONSÁVEL:

Gustavo Interlick Mancio de Camargo Superintendente superintendencia@saaeportofeliz.sp.gov.br

OBS: Este documento deverá ser assinado quando da assinatura do contrato.



ANEXO X – CADASTRO DOS RESPONSÁVEIS PREGÃO PRESENCIAL n.º 24/2019 - PROCESSO n.º 374/2019

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz **CONTRATADA:** CONTRATO N.º (DE ORIGEM): OBJETO: Aquisição parcelada de 54.590 unidades de pães de leite, tipo "hot-dog", com 50 gramas a unidade, para duas entregas semanais nas diversas dependências da Autarquia. Nome Cargo RG nº CPF nº Endereço (*) Telefone E-mail Institucional E-mail pessoal (*) (*) Não deve ser o endereço/e-mail do Órgão e/ou Poder. Deve ser o endereço/e-mail onde poderá ser encontrado(a), caso não esteja mais exercendo o mandato ou cargo. Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP Nome Cargo Endereço Comercial do Órgão/Setor Telefone e Fax E-mail Institucional

Porto Feliz, XX de xxxxxxxxx de 2019

Gustavo Interlick Mancio de Camargo Superintendente superintendencia@saaeportofeliz.sp.gov.br